



ACÓRDÃO Nº2147/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11655/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Governador Gilberto Mestrinho.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Maximina Penha Malagueta (Ordenador de Despesa), Jorge de Souza Amorim Filho (Ordenador de Despesa), Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza (Ordenador de Despesa), Alessandra dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4759/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Governador Gilberto Mestrinho. Exercício de 2020.

Irregularidade. Regularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Maximina Penha Malagueta**, ordenadora de despesas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, exercício 2020, no período de 01/01/2020 a 01/08/2020, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades consideradas não sanadas ao longo desta proposta de voto: (i) ausência de comprovação da vantajosidade da prorrogação do Contrato referente à terceirização de mão-de-obra, em inobservância ao art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e (ii) pagamento por serviços não prestados, causando dano ao erário no montante de R\$71.835,63;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Jorge de Souza Amorim Filho**, ordenador de despesas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, exercício 2020, no período de 01/08/2020 a 05/08/2020, com fulcro no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LO-



ACÓRDÃO Nº2147/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM, ante a não observância de impropriedades em suas contas;

- 10.3. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, ordenadora de despesas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, exercício 2020, no período de 05/08/2020 a 09/11/2020, com fulcro no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, ante a não observância de impropriedades em suas contas;
- 10.4. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Alessandra dos Santos**, ordenadora de despesas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, exercício 2020, no período de 9/11/2020 a 31/12/2020, com fulcro no art. 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão das seguintes impropriedades consideradas não sanadas ao longo desta proposta de voto: (i) ausência de Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis; (ii) pagamento por serviços não prestados, causando dano ao erário, no montante de R\$ 23.281,26;
- 10.5. Considerar em Alcance** a **Sra. Maximina Penha Malagueta**, no valor de **R\$71.835,63** (setenta e um mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos), com fulcro no art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão do pagamento de serviços não prestados, consoante exposto na fundamentação deste *decisum* e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Policlínica Governador Gilberto Mestrinho com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme



ACÓRDÃO Nº2147/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Considerar em Alcance a Sra. Alessandra dos Santos**, no valor de **R\$23.281,26** (vinte e três mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos), com fulcro no art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão do pagamento de serviços não prestados, consoante exposto na fundamentação deste *decisum*, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Estadual para o órgão Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Policlínica Governador Gilberto Mestrinho com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.7. Aplicar Multa à Sra. Maximina Penha Malagueta**, no valor de **R\$7.183,56** (sete mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), com fulcro no art. 53, *caput*, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão do dano erário devidamente comprovado nos autos e fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.



ACÓRDÃO Nº2147/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Aplicar Multa** a Sra. Alessandra dos Santos no valor de **R\$2.328,12** (dois mil, trezentos e vinte e oito reais e doze centavos), com fulcro no art. 53, *caput*, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão do dano erário devidamente comprovado nos autos, e fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.9. Dar ciência** deste *decisum* aos Srs:
- 10.9.1. Maximina Penha Malagueta;
 - 10.9.2. Jorge de Souza Amorim Filho;
 - 10.9.3. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza; e
 - 10.9.4. Alessandra dos Santos.**



ACÓRDÃO Nº2147/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 6 de dezembro de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição